



II SIMPÓSIO PROCESSOS CIVILIZADORES NA PANAMAZÔNIA

Figuração, interculturalidade e
relação de poder

9 a 11 de junho de 2021
Manaus-AM-Brasil

ISBN: 978-65-89908-54-8

A CULTURA CORPORAL NO PROCESSO CIVILIZADOR: INDÍCIOS DE UMA EDUCAÇÃO DO CORPO.

II Simpósio Processos Civilizadores na PanAmazônia, 2ª edição, de 09/06/2021 a 11/06/2021
ISBN dos Anais: 978-65-89908-54-8

SILVA; SHIRLEY FERREIRA MARINHO SILVA¹

RESUMO

GT5. O lazer sob o viés do processo civilizador. A CULTURA CORPORAL NO PROCESSO CIVILIZADOR: INDÍCIOS DE UMA EDUCAÇÃO DO CORPO. **Palavras-chave:** Educação do corpo, Civilidade, Território Federal de Ponta Porã. Esta comunicação depreende parte da pesquisa de doutorado intitulada Educação Do Corpo e Civilidade No Território Federal DE Ponta Porã (1944-1946), que está em andamento no programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados – PPGedu/UFGD sob aporte teórico de Norbert Elias com atenção para os conceitos de civilidade e figuração. Objetivamos analisar acerca da educação do corpo a partir de suas relações sociais construídas e estabelecidas em diferentes figurações e espaços por meio de práticas corporais, ora num ambiente escolarizado, ora num ambiente esportivo ou apenas de lazer. Justifica-se a investigação de tal objeto, ao alegarmos que o corpo produz essa cultura corporal que o encaminha para o processo de civilidade e até mesmo descivilização. Através da leitura do Relatório Federal de Ponta Porã, composto por 214 páginas, com estratégias e planos de ação política que visava modernizar e principalmente civilizar a população, verificamos indícios de uma educação do corpo numa região de fronteira entre Brasil e Paraguai na década de 1940. O espaço geográfico que compreende a vigência do RFPP são os municípios de Porto Murtinho, Bela Vista, Ponta Porã, Dourados, Miranda, Nioaque e Maracaju, na porção meridional do estado de Mato Grosso do Sul. O RFPP durou três anos apenas, mas suas obras provocaram grandes mudanças no comportamento das sociedades em questão. Nossa hipótese é de que com o programa Marcha para Oeste, que visava, segundo seus elaboradores, integrar, desenvolver e proteger as regiões interiores do país. Com isso, os territórios federais iriam garantir tanto o povoamento de áreas supostamente desabitadas quanto o controle do Estado brasileiro sobre suas áreas fronteiriças, um dilema recorrente desde o século XIX já fazia parte da política de nacionalização do Estado Novo. O programa foi arquitetado e defendido pelo governo do presidente Getúlio

¹ UFGD, shirleypastori@hotmail.com

Vargas em 1938, numa acirrada campanha de integração nacional, sobretudo do centro-oeste brasileiro, depois da Amazônia, na intensão de povoar “áreas vazias” do território nacional, desfocando atenção de olhares estrangeiros. (FONSECA, 1999, p. 273-274). Sendo assim, o contexto de região fronteira considerada sertão do Brasil do qual tratamos, observamos que antes da criação do TFPP a região sofria muitos ataques violentos como chacinas de famílias inteiras, o que nos remete a ideia da necessidade de controle e proteção, bem como a mudança de figuração se fazia necessária entre os grupos sociais. Norbert Elias (1994) corrobora ao afirmar a multiplicidade das formas de sociabilidade que abrangem os mais diversos ambientes e figurações, bem como as forma de controle das emoções dos seres humanos é estabelecida a partir de novos hábitos e códigos de conduta incutidos numa determinada sociedade. Ao reportarmos para o processo civilizador em Norbert Elias podemos compreender como um movimento de longa duração na direção à moderação e contenção dos impulsos instintivos, agressivos e afetivos que encaminham o indivíduo a ter condutas cada vez mais pacificadas para se conviver bem em uma sociedade. Pra o autor esse desenvolvimento ocorre de formas mais complexas onde os fatores externos provocam mudanças no interior do indivíduo. Sendo assim, as leis, a política, a polícia são exemplos de controle e pacificação necessários para que o indivíduo internalize e ocorra o abrandamento e autocontrole de seus instintos. No tocante às práticas corporais nos chama atenção uma fotografia tirada provavelmente numa escola de um grupo de crianças, todos meninos, fazendo ginástica, a legenda da imagem dizia “E ASSIM SE PREPARA O HOMEM DE AMANHÃ, O PORVIR DA PÁTRIA”(RFPP, p.33). Outra imagem de todas as crianças com a legenda “PRÁTICA DE GINÁSTICA AO AR LIVRE” (RFPP, p. 32). Tais práticas nos levam a entender a influência a cultura corporal pode exercer no processo de formação integral do indivíduo, na postura e nos gestos, assim como na intencionalidade educativa. Le Goff (1967, p.440) afirma que “civilização medieval é a civilização do gesto”, o que nos provoca a pensar o corpo como objeto de pesquisa, uma vez que tal civilização de certo modo negligenciou o corpo. Nos questionamos sobre a sensibilidade da época, nos cuidados destinados aos corpos, principalmente quando usados como estratégia de equilíbrio e manutenção e prolongamento da vida. Ainda as relações envolvidas, seja nos castigos corporais como forma de controle, nos momentos de lazer e recreação, em exercício físico propriamente dito, evidenciam uma forma de densidade e abrangência de educação do corpo. A esse respeito a ideia de “processo civilizador”, tida como algo constante e simbolicamente presentes alterações nas relações de poder e controle (e autocontrole) dos indivíduos, podem alterar diretamente as figurações das relações de interdependência. Cynthia Veiga (2002) em seu artigo “A escolarização como projeto de civilização” mostra o quanto se pode operar com a teoria aliansiana na História da Educação, a autora trabalha com a perspectiva da “Nova História Política”, dialogando com os teóricos da História Cultural. Para adentrar na análise processo de escolarização, onde o foco foi alfabetização, parte da obra “O processo civilizador” e faz um diálogo entre e a monopolização da força física pelo Estado, e a monopolização dos saberes escolares pelo Estado, onde a escolarização no século XIX não seriam possível. Vimos então, uma nova forma de educação onde o corpo ganha centralidade e evidência, nos possibilita analisar como a sociedade dos anos de 1940 percebia os modos e a civilidade a partir de uma cultura corporal imposta em normatizações e padrões de regulação do comportamento.

Referências ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Organização de

Michael Schoter, tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. FONSECA, Pedro Cezar D. **Vargas: O capitalismo em construção**. São Paulo. Ed. Brasiliense: 1999. LE GOFF, Jacques. **La civilization du Moyen Âge**. Paris, Arthaud, 1967. RELATÓRIO da Divisão de produção, terras e colonização do TFPP. **Território Federal de Ponta Porã, (1944-1945-1946)**. Arquivo do Centro De Documentação Regional (CDR) da Universidade Federal da Grande Dourados. VEIGA, Cynthia Greive. **A escolarização como projeto de civilização**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, n.21, set-dez, 2002.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do corpo, Cívildade, Território Federal de Ponta Porã